



PROGRAMA
**FOMENTO
RURAL**



PROGRAMA FOMENTO RURAL
**15
ANOS**

Trajetórias e Práticas Inspiradoras para a Inclusão Produtiva nos Diversos Territórios Brasileiros



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME





15 ANOS DE FOMENTO RURAL: Trajetórias e Práticas Inspiradoras para a Inclusão Produtiva nos Diversos Territórios Brasileiros

José Wellington Barroso de Araújo Dias

Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Lilian dos Santos Rahal

Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Camile Marques Sahb

Diretora de Departamento de Promoção da Inclusão Produtiva Rural e Acesso à Água

Myriam Cyntia Cesar de Oliveira

Coordenadora-geral de Apoio às Ações de Segurança Alimentar e Nutricional

Ana Amelia da Silva

Coordenadora-geral de Fomento à Inclusão Produtiva Rural

Equipe Técnica do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais

Amanda Barcelos Mota
Celso Lourenço Moreira Corrêa
Érica Lobato de Oliveira
Gabriela Cavalcanti Cunha
Graziela Mendes Medeiros
Joara Rocha de Carvalho
Klédina Rodrigues da Silva
Luana Assunção de Barros
Marianna Batista Queiroz
Samuel Sousa Fernandes

Elaboração e informações

Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI
Campus Planaltina - Área Universitária n. 1 -
Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF,
Brasil. CEP: 73345-010
E-mail: cegafi@cegafiunb.com

Equipe de Pesquisa

Ana Paula Santos
Beatriz Rocha
Cátia Grisa
Giuliana Cadorin
Luana Assunção de Barros
Ludgero Cardoso
Mireya Valência
Mário Ávila
Mauro Del Grossi
Robson Santos da Silva
Vanessa Neves
Yan Dutra de Souza

Diagramação e Capa

Monica Tomin Pimentel

Organização

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).



Este trabalho está licenciado sob
CC BY-NC-ND 4.0 © 2

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é de responsabilidade da área técnica.

1ª edição



Apresentação

A inclusão produtiva e a superação da pobreza nas áreas rurais brasileiras continuam sendo tarefas urgentes para o poder público, em coordenação estreita com a sociedade. Durante os 15 anos de execução do Programa Fomento Rural, uma ampla gama de experiências e boas práticas foram acumuladas, oferecendo inspiração para fortalecer ou criar oportunidades que favoreçam processos de inclusão produtiva. Com esse propósito, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e a Universidade de Brasília, por meio do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (Cegafi-UnB), **realizaram uma pesquisa para analisar e identificar boas práticas desenvolvidas pelas organizações parceiras do Programa.**

A pesquisa destacou depoimentos e reflexões dos técnicos que, em diversos territórios brasileiros, buscam soluções e compartilham seus aprendizados para enfrentar a pobreza extrema no meio rural. Considerando a diversidade das regiões brasileiras, dos grupos sociais presentes e das diferentes organizações e arranjos envolvidos na implementação do Programa Fomento Rural, a pesquisa buscou responder a duas questões centrais:

i) Quais são as práticas de implementação do Programa Fomento Rural ao longo do território brasileiro?

ii) Como o Programa Fomento Rural contribui de maneira sustentável e duradoura para os processos de inclusão produtiva rural?



A seguir, apresentamos um conjunto de boas práticas para cada uma das etapas de implementação do Programa Fomento Rural, com especial destaque para os depoimentos dos implementadores do Programa nos Territórios, e as contribuições dessas práticas para o aprimoramento do Programa.

1. Mobilização, seleção e pré-cadastro de famílias

O público do Fomento Rural

O Programa Fomento Rural é voltado para o atendimento de famílias em situação de pobreza, inscritas no Cadastro Único e residentes no meio rural. Em termos gerais, busca atender as famílias mais pobres da agricultura familiar, com especial atenção para o atendimento de povos e comunidades tradicionais, considerados prioritários pelo Programa.

Boa Prática

Consultar ao CECAD para conhecer melhor as características do público do Fomento Rural no território. Acesse:

O Programa Fomento Rural está orientado para um público que não necessariamente era atendido pela ATER. Na verdade, diversos estudos e pesquisas mostram que o Programa foi capaz de incluir um público que não estava presente no acompanhamento produtivo e social e, em muitas situações, os extensionistas rurais não tinham as ferramentas, habilidades e informações para identificá-lo. Vejamos o que diz um extensionista da Emater do DF, depoimento bastante emblemático nesse sentido:



“Eu acho que uma coisa fundamental foi olhar um público, assim, enxergar um público que antes [a ATER] passava na porta. Assim, tanto o técnico passava na porta deles, quanto eles passavam na porta da Emater e não se ouviam, não se olhavam. Então, isso eu percebo que, ao longo desses mais de dez anos de Fomento, foi uma relação que se estabeleceu. A relação entre os técnicos extensionistas e uma população que era invisibilizada. É totalmente desinvisibilizada hoje? Não! Mas, a gente já consegue enxergar bem mais, já consegue saber que ela existe e ter esse olhar de que, olha, é um público que a gente pode atender.”

Como se trata de um público não tão costumeiro para a ATER (populações em situações de vulnerabilidade social e povos e comunidades tradicionais), tornam-se relevantes certas práticas observadas em diversos estados.

Por exemplo, em alguns estados, as unidades executoras são coordenadas por profissionais com vasta experiência na área de assistência social. Alguns desses profissionais possuem também experiência no trabalho com povos e comunidades tradicionais e, em certos casos, pertencem a esses próprios grupos sociais específicos. A formação em assistência social ou vinculada a povos e comunidades tradicionais, o conhecimento e a experiência com o CadÚnico e com o público em situação de vulnerabilidade trazem compreensões e arranjos distintos na execução do Programa Fomento Rural. Esse caso pode ser ilustrado com as aprendizagens da Emater de Goiás e do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná-IDR, onde destacam-se a experiência das gestoras com o CadÚnico, a mobilização de outras políticas públicas em complementação ao Programa Fomento Rural, e a compreensão da assistência social como um direito.



Recomendações

Além da coordenação do Programa por gestores públicos que se reconhecem nele, também ganha relevância a formação dos/as extensionistas rurais. Conforme observado na pesquisa, não são desprezíveis os percentuais de extensionistas com desconhecimento do público, com inexperiência em trabalhar com ele e mesmo a ausência de formação e habilidades para atuar com o público do Programa Fomento Rural. Diante desse cenário, é fundamental a realização de ações de formação/capacitação e sensibilização dos/as extensionistas rurais, eventos já observados em algumas equipes de execução, a exemplo da Emater-Goiás:



"Aí a gente juntou regiões e fez [uma formação]. Agora vamos fazer novamente, porque agora a gente tá começando o plano operacional e tem que migrar para o sistema. Então, agora nós vamos capacitar novamente, falando tudo do programa de novo: quem são essas famílias; onde elas estão; como é que eu tenho que trabalhar com elas; quais atividades produtivas eu posso desenvolver com essa família; quais instrumentais eu utilizo; o acompanhamento; a inserção no sistema".

Mobilização e seleção das famílias

Para identificação e localização das famílias, o MDS encaminha uma lista orientadora (baseadas nos dados do CadÚnico), contudo a instituição parceira também tem discricionariedade para a seleção dessas e para inclusão de outras fora da lista orientadora (busca ativa) mas enquadráveis no Programa. É importante salientar, como presente em site governamental, que o MDS recomenda a seleção de famílias (enquadráveis no Programa) dentro de uma mesma comunidade.

Diversas práticas inspiradoras foram observadas aqui:

1. A continuidade da realização da busca ativa

Desde o início do Programa Fomento Rural, o MDS tem mobilizado a estratégia da busca ativa, que consiste em ir ao encontro das famílias que ainda não são contempladas pelas políticas públicas. Não raro, essas famílias não estão incluídas no Cadastro Único (CadÚnico) e em outras situações, que podem ser as mais críticas, enfrentam dificuldades mesmo na documentação pessoal.

Quando isso acontece, o Programa Fomento Rural torna-se a porta de entrada para outras políticas públicas, como o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF). Ao longo dos anos, diversas pequenas mudanças foram sendo realizadas no Programa de modo a facilitar o processo de seleção das famílias, mas a estratégia da busca ativa continua sendo extremamente válida, em complementação à lista de famílias com o perfil do Programa disponibilizada pelo MDS. Essa prática foi identificada em diversas unidades gestoras e executoras e organizações de ATER. A seguir, destacamos três experiências, cujos relatos são bem emblemáticos da importância de seguir utilizando essa prática da busca ativa.

1.1. Através do diálogo com os Conselhos Municipais

Depoimento da equipe executora da Empaer – Paraíba



“dialogando com as comunidades, em conselhos municipais, a gente consegue descobrir pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social e que não estão na lista. É o que se chama a busca ativa, né? E aí, se eles se enquadram nos critérios do programa, a gente passa a atender essas pessoas, que são normalmente aquelas pessoas que nunca acessaram nenhuma política pública.”

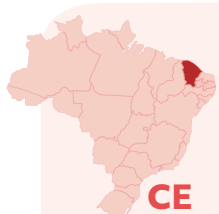
1.2. Através de visitas de reconhecimento no campo

Depoimento da equipe executora do Incaper – Espírito Santo



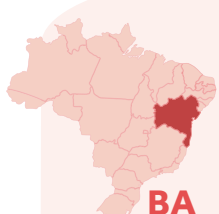
“teve um município que não seguiu a lista orientadora porque quando chegou, para visitar, descobriu uma comunidade com pessoas que não tinham CadÚnico, não tinha NIS (número de identificação social) e estavam até em situações bem vulneráveis de moradia, de várias questões. Eu falei “não, não tem problema, eu chamo o CRAS [Centro de Referência em Assistência Social]. Vamos fazer um mutirão, no prazo, para fazer o CadÚnico deles, para poder fazer [o Programa Fomento Rural]”

Depoimento da equipe executora Ematerce – Ceará



“Nós encontramos famílias no campo, que elas não participam de nenhuma política pública, nenhuma mesmo, nem mesmo a política pública que é a política que mais desempenho tem no campo, que é o Bolsa Família. É essa condição de busca ativa. Certo que o percentual é muito pequeno, mas, dessa forma, (...). para que elas não fiquem à parte, porque não estão devidamente documentadas.”

Depoimento do IRPA- BA



“Então, a gente sempre trabalhou com agricultores de baixa renda, mas não na extrema [pobreza]. A gente sempre trabalhava com agricultores que tinham perfil, mas não estavam na extrema, não estavam nesse isolamento. Trabalhava muito com grupos. Então, foi um pouco assim, da gente ir um pouco além da nossa atuação. Por isso que a gente teve que se desafiar para os fundos dos municípios extremos, locais que não estavam chegando às políticas públicas”.

2. Seleção das famílias auxiliada e respaldada por setores da gestão pública municipal

Ainda que subsidiada a partir da lista orientadora fornecida pelo MDS, a seleção das famílias não é uma tarefa fácil. Como mencionado pela equipe executora de Alagoas, “para os nossos extensionistas que estão lá no campo, é muito difícil eles escolherem quem é o mais vulnerável.” Essa tarefa é difícil, seja porque a demanda local, não raro, é maior do que a disponibilidade de assessoramento técnico, seja porque, ao chegar no território, a lista orientadora já pode estar um pouco desatualizada.

Uma prática bastante recorrente, “para a gente não tomar essa decisão sozinhos” como foi mencionado pela Emater de Minas Gerais, é a realização da seleção das famílias auxiliada e respaldada por setores da gestão pública municipal, geralmente as Secretarias de Assistência Social e os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Isso foi evidenciado em diversas equipes executoras, a exemplos dos casos do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) e da Secretaria Executiva de Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, do Estado do Mato Grosso do Sul.

Depoimento do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) –



“A gente tenta fortalecer e aproximar o nosso trabalho muito com a Secretaria de Assistência Social Municipal, acho que é o principal, “a carta na manga”. Que a gente tem aí de fazer o trabalho ser melhor, mais bem feito. Na maioria das vezes, a gente consegue uma boa aproximação municipal, uma boa articulação municipal... para fazer desde a Busca Ativa. A gente sempre pede para fazer [a busca ativa] em conjunto com CRAS.”

Secretaria Executiva de Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, do Estado do Mato Grosso do Sul –



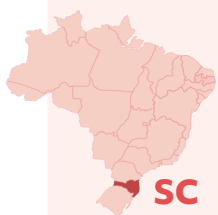
“E para poder fazer a reunião com as famílias [presentes na lista orientadora do MDS], nós solicitamos ao CRAS do município para poder, assim, organizar as famílias da reunião, para chegar e explicar o que é o Fomento, quem que tinha acesso, quem não tinha, o porquê. Aí entrou a prefeitura, entendeu?”



Recomendações

Além da Secretaria de Assistência Social, outras Secretarias que apresentam ampla capilaridade nos municípios também podem ser mobilizadas, a exemplo da Secretaria de Saúde (particularmente com os Agentes Comunitários de Saúde), de Educação e de Agricultura.

Essa recomendação foi inspirada na experiência da Epagri-SC:



“O que a gente orienta? A gente vê diferença no desenvolvimento a equipe entrar em contato com a Secretaria de Assistência [Social], de Saúde, de Agricultura e de Educação para apresentar para eles o Programa. A partir disso, ela [a equipe] pode criar estratégias de identificar [as famílias]. Essas Secretarias, que têm mais contato com esse público, podem alimentar a lista inicial (...) desses N nomes que estão ali. Conversam com as agentes de saúde para saber se elas, (...) se já tem algo que já chama atenção delas, que elas conhecem as famílias.”

3. Seleção das famílias auxiliada e respaldada por comitês gestores ou de controle social

Em complementação aos diálogos com a gestão municipal ou visando incluir a participação de outros atores sociais, algumas equipes executoras têm criado Comitês gestores ou mobilizado conselhos de controle social. Por definição, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional são instâncias de controle social que deveriam/poderiam acompanhar a implementação do Programa Fomento Rural, o que nem sempre acontece.



Recomendações

Além desses, outros Comitês também podem ser estabelecidos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a Emater recomenda a criação de Comitê Gestor do Programa nos municípios, com participação da Secretaria de Assistência Social, Secretaria Municipal de Agricultura, e organizações de representação dos povos e comunidades tradicionais presentes no município. Embora similar ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, esse outro arranjo é priorizado dada à dificuldade que geralmente povos e comunidades tradicionais apresentam de serem representados naqueles espaços.

No caso das organizações que executam o Programa Cisternas, essas recomendam a criação de comissões municipais



“formadas por diferentes representações, (...) tem representante da igreja, tem representante de associação, do Conselho (se o conselho do município for ativo), tem representante dos sindicatos dos trabalhadores rurais, tem representante da gestão municipal, da Secretaria da Agricultura”. Essa comissão é importante, pois “quem vive no município tem um olhar, tem um acúmulo, uma bagagem que consegue trazer mais elementos para somar no momento de identificação de quais são as comunidades que o projeto cais caminhar, porque geralmente a quantidade que o município apresenta de demanda é maior do que a quantidade de tecnologias [e do Programa Fomento Rural] que chegam.” (Representante do programa Um Milhão de Cisternas -P1MC).

4. Seleção por comunidade e atendimento a todas as famílias (enquadráveis no Programa) pertencentes a uma comunidade

Além de seguir as orientações do Programa em termos de público a ser priorizado (povos e comunidades tradicionais, maior vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, realização de busca ativa etc.), uma prática interessante é a seleção de beneficiários próximos (dentro da mesma comunidade) visando potencializar recursos, logística e, quando possível, a realização de atividades coletivas (mobilização, capacitações etc.).

Recorrente entre as equipes executoras, citamos os casos da Emater Goiás e da Empaer-Paraíba como ilustrativos:



"a orientação que eu faço para eles [extensionistas] de fazerem uma rota de atendimento, por exemplo, tem cinco famílias, que eu pego famílias mais próximas porque aí eu consigo fazer realmente um acompanhamento. (...) "não adianta eu pegar uma família numa ponta do município e outra na outra, porque aí eu vou ficar só andando" (Emater Goiás)



"Aí aquelas comunidades que concentram o maior número de famílias nessa situação de vulnerabilidade. A gente forma núcleos dentro dessa comunidade, até para facilitar um pouco o trabalho do extensionista, porque se ficar pulverizado vai existir uma dificuldade de atender, e a gente prioriza isso para facilitar tanto o trabalho do extensionista, quanto para as atividades coletivas. (...) Tem comunidade que está a 80 km da sede da cidade." (Empaer-Paraíba)

Adicionalmente à priorização de certas comunidades em decorrência de questões de logística, algumas equipes executoras adotam como critério atender todas as famílias enquadráveis no Programa pertencentes a uma comunidade (sobretudo quando se trata de comunidade tradicional), visando evitar conflitos internos às mesmas. Esses foram os casos da Emater-RS e da Secretaria Executiva de Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais do Estado do Mato Grosso do Sul. Tal prática fundamenta-se no argumento de que "[...] porque se tu coloca [o Programa] numa comunidade indígena e tu vai ter que selecionar alguns, por mais que tu estabeleça critério (...) tu vai gerar conflitos dentro da comunidade" (Emater, RS).

Embora as unidades executoras recomendem trabalhar por comunidade por questões logísticas, também há casos que priorizam as famílias em maior vulnerabilidade social, independentemente das facilidades que o critério anterior poderia oferecer. Segundo depoimento: *"as famílias que ficam sabendo do programa e que as secretarias indicam, dizemos: 'olha, tem esse programa, procure lá.' Então, há demanda. Se uma família chega ao nosso escritório e não reside em uma comunidade onde já atuamos, não há problema. Ela será atendida também!"* (Epagri-SC). Há ainda situações que combinam as duas abordagens, dependendo da realidade de cada município. *"Se as famílias estão mais dispersas, como no município onde trabalhei, não tinha como concentrar o atendimento. Não havia, por exemplo, cinco famílias em uma mesma comunidade. Nesse caso, era necessário pulverizar mais. Assim, depende da situação específica de cada município."* (Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IDR).

2. Elaboração do diagnóstico

O diagnóstico consiste na identificação da condição socioeconômica e produtiva das famílias, suas expectativas e anseios em relação às atividades a serem desenvolvidas. Entre os principais aspectos considerados para a elaboração do diagnóstico junto às famílias beneficiárias estão a identificação de seus integrantes, rotina de trabalho, atividades de produção ou serviços realizados, destinação dos excedentes produzidos, forma de acesso aos serviços públicos, bem como suas expectativas e anseios em relação às atividades geradoras de renda.

Uma boa prática que pode ser destacada na elaboração dos diagnósticos é a observação de diversos aspectos que podem contribuir na qualidade do diagnóstico e na identificação do projeto de maneira mais acertada.



"Eu recomendo fazer uma escuta qualificada, observar habilidades, o arranjo produtivo local. Isso que a gente tem observado também, por exemplo, não adianta ele [família beneficiada] colocar avicultura, se na região... como ele vai escoar a produção? Eu fico preocupada com isso." (Emater, GO)



"O diagnóstico, a gente orienta que seja feito na visita em domicílio, porque é justamente o diagnóstico, ele é demorado, né? E é bom que o técnico esteja lá junto para ajudar a família a responder ali, olhar o entorno da propriedade, da casa, questão de saneamento, como é que funciona a dinâmica familiar ali. Então ele é feito, no geral, no domicílio mesmo." (Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IDR)



"No momento do diagnóstico, o técnico vai conhecendo a família, vai sentindo de perto a habilidade dessas famílias, vai conhecendo de perto as necessidades e sempre havendo um diálogo, um diálogo com as famílias. Após o diagnóstico, os nossos técnicos já têm um conhecimento bem forte da situação daquela família. Nesse momento, a gente também descarta algumas famílias [que não se enquadram no Programa Fomento]." (Emater, CE)

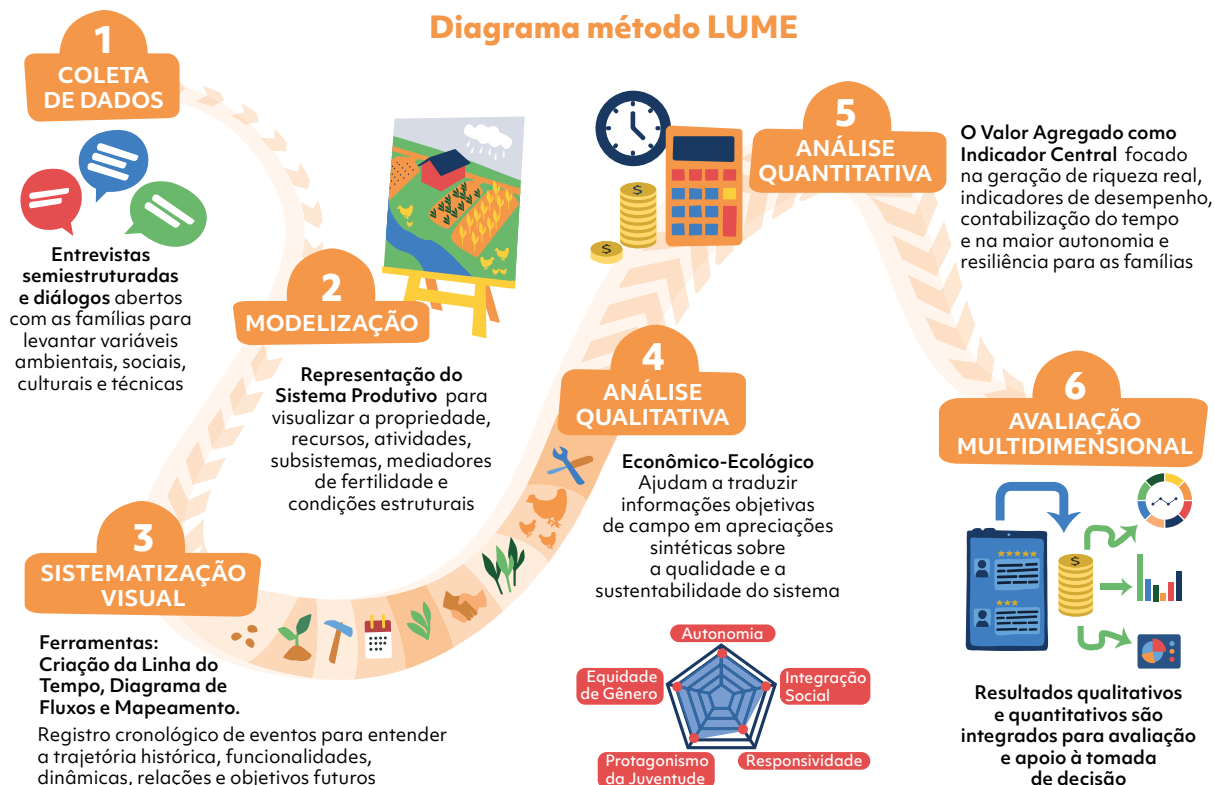
A grande maioria das entidades de ATER segue de maneira dialógica o formulário orientativo demandado pelo Programa. Outras entidades - sobretudo aquelas que operam o Programa Cisternas e estão vinculadas à Articulação no Semiárido Brasileiro-ASA - procuram seguir metodologias diferenciadas em relação ao formulário orientativo, como o método *"Lume: análise econômica-ecológica de agroecossistemas"*. Na Bahia ter o diagnóstico do Programa Fomento também parte da utilização de um instrumento mais amplo, já realizado pelas entidades de ATER para a execução de outros projetos de assessoramento.

O depoimento abaixo é ilustrativo do método Lume:



O projeto produtivo, ele está conectado com a elaboração do mapa do agroecossistema da família, que é onde é feito um desenho de como é que está organizada a área da família, quando a gente percebe quais são as estruturas que a família tem. Então, ela cria galinha, mas tem galinheiro? que muitas vezes não tem a instalação. Então, cria porco, mas não tem a instalação. Cria bezerro de engorda, mas não tem a cocheira. Então, a partir do desenho do mapa, a gente vai identificando essas situações junto com a família. E é onde aparecem também as plantações. Então, se a família tem plantação de fruteiras, se ela tem plantação de plantas forrageiras, que é para alimentar os animais, como a palma forrageira, como outros tipos de plantas para alimentação dos animais... e a partir disso a gente vai identificando onde é que é o forte da família, que a família deseja investir, que seja ali fonte de alimentação e fonte de renda, que possa melhorar a estrutura de produção, mas também pensando nessa qualidade de vida a partir da geração de renda. Então, a gente vai descrevendo junto com ela até eu dar o valor de 4.600 e divide com ela o que é que vai ser investido na primeira parcela, porque o recurso entra de duas vezes, de duas parcelas. Então, a gente decide junto com ela o que é prioridade para construir na primeira etapa, na primeira parcela, e o que é que vai ser construído na segunda parcela. Então, a partir do galinheiro, eu vou conseguir criar mais galinhas.” (Centro Sabiá).

Diagrama método LUME



Fonte: Elaboração própria. Baseado em: https://aspta.org.br/files/2015/05/Lume_Port_V_Final-1.pdf



Recomendações:

O diagnóstico é uma etapa crucial na implementação do Programa Fomento Rural. Esse é o momento de avaliar e considerar a situação alimentar, social e ambiental da família, incluindo a vulnerabilidade a mudanças e eventos climáticos. É necessário compreender os diferentes modos de vida e os relacionamentos com a terra, o território, as águas e a natureza. Além disso, é fundamental analisar as atividades desenvolvidas pela família, identificando suas potencialidades e dificuldades, bem como as carências e os pontos fortes da propriedade e da própria família.

Também é essencial considerar o entorno, seja da comunidade ou do território, avaliando, por exemplo, as possibilidades de canais de comercialização, a organização social e a vulnerabilidade climática. A partir desse diagnóstico, será possível construir o projeto produtivo de forma mais precisa e adequada.

Há uma ampla gama de instrumentos que podem orientar a realização do diagnóstico junto às famílias beneficiárias. Os melhores instrumentos para diagnósticos participativos são aqueles que promovem a construção coletiva do conhecimento, permitindo que a própria família ou comunidade rural identifique suas demandas e potencialidades. Veja abaixo alguns exemplos de ferramentas utilizadas no Diagnóstico Rural Participativo.

Exemplos de ferramentas utilizadas no Diagnóstico Rural Participativo

As ferramentas geralmente são classificadas por tipos, de acordo com seus objetivos. Existem ferramentas visuais e espaciais, como o mapeamento participativo, a caminhada transversal e o diagrama de Venn. Há também ferramentas de análise temporal e produtiva, como o calendário sazonal, a matriz de produção e a linha do tempo, além do rio da vida ou rio do tempo, que são usados para registrar trajetórias coletivas ou pessoais, simbolizando fluxos e obstáculos. Por fim, há técnicas de priorização e planejamento, como a matriz FOFA, a tempestade de ideias e o painel de visualização.

Podem ser utilizadas ferramentas digitais ou lúdicas que se adaptem às necessidades e características das famílias beneficiárias, estimulando a criatividade. Exemplos dessas ferramentas incluem o diagnóstico digital e geotecnologias, onde a família gera dados precisos e visualiza a propriedade de ângulos anteriormente impossíveis. A gamificação permite o uso de jogos de tabuleiro customizados, nos quais a família “joga” rodadas de decisões sobre investimentos ou simula crises climáticas, por exemplo. Outras técnicas podem ser aquelas que focam na expressão simbólica, como a Fotovoz, onde são entregues câmeras (ou utilizam-se celulares) para que os membros da família fotografem o que consideram “o maior problema” e “a maior riqueza” da propriedade. Posteriormente, as fotos são discutidas em grupo, dando voz a quem costuma ser silenciado em reuniões. Outra técnica é o vídeo participativo, no qual a família grava pequenos cliques relatando sua realidade. O processo de decidir o que filmar e o que falar é, por si só, um diagnóstico profundo de suas prioridades e identidade.

3. Construção do projeto produtivo

Com base nas informações do diagnóstico, a etapa seguinte consiste em **definir e construir o projeto produtivo**. Aqui é fundamental prezar pelo diálogo entre as expectativas e dos anseios da família e a avaliação técnica dos e das extensionistas rurais. **Os recursos financeiros repassados à família podem ser utilizados para investimentos em atividades agropecuárias, como criação de pequenos animais ou horta, ou não agropecuárias, como serviços ou produção de artesanato. O importante é que o projeto impulse a atividade produtiva da família, para gerar renda e também para ampliar e diversificar sua alimentação.**

Os depoimentos abaixo mostram que, de modo geral, a definição dos projetos produtivos é fruto de um balanço entre as perspectivas sinalizadas pelas famílias e as orientações técnicas dos extensionistas rurais, ainda que ora pendendo mais para o primeiro, ora mais para o segundo.



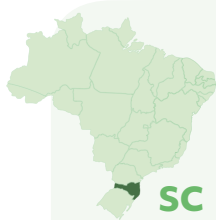
"(...) e a gente tomou muito cuidado de o próprio técnico não induzir ele [indígena, família indígenas] a fazer. E fazer o que ele tivesse vontade, no coração dele mesmo. Então saiu galinheiro, saiu horta, mas saiu também panificadora. Saiu sorveteria, saiu cabeleireiro, saiu é manicure, saiu lojinha de celular, borracharia, bicicletaria, venda de roupa brechó. Foi bem assim, totalmente diversificado. Eles vão poder comprar e fazer o que eles quiserem. O dinheiro vem para eles." (Emater, MS)



"A princípio havia pensando na Avicultura. Foi o que ela [beneficiária] tinha colocado primeiro. Eles [extensionistas] perceberam que ela tinha máquinas obsoletas, ela fazia enxoval de criança, só que as máquinas de costura são obsoletas. Então, o que aconteceu? Ela decidiu e ela tinha uma habilidade muito boa, tem né, para costura. E aí então ela decidiu fazer a compra de máquinas para fazer costura alta. Ela hoje tá trabalhando com uma confecção de [nome], que é um município que fica poucos quilômetros lá da onde ela mora, né? E ela atende essa confecção e está, inclusive, fazendo vestido de noiva e de festas, tá? E aí ela recebeu também o crédito social do governo, onde ela investiu nas galinhas. Então ela tá trabalhando com Avicultura também." (Emater, GO)



"Obviamente, tem algumas situações que o técnico precisa interferir, por exemplo, o beneficiário querendo gastar todo o recurso comprando um boi no meio do semiárido brasileiro, aí não dá. Precisa tentar explicar que, olha, talvez o inverno desse ano não dê pra você cuidar desse boi." (Emater, RN)



"E também dentro daquilo que o valor permite fazer, né... mas é muito nessa conversa com eles (extensionistas com famílias de agricultores), né, nessa conversa com eles. E a gente não, o que a gente busca é não iludir que isso vai aumentar demais a renda. Mas, então, a gente sempre orienta a trabalhar essa questão da segurança alimentar, da qualidade e, mais, que isso também pode gerar renda para eles. Se eles realmente se envolverem com aquele projeto, vai ter algum excedente que ele vai poder vender em volta, né?" (Emater, SC)

Entre os **principais aspectos** que são considerados pelas entidades executoras para a **elaboração dos projetos** estão:



a possibilidade de o projeto impulsionar atividade produtiva das famílias para gerar renda;



a possibilidade de impulsionar a atividade produtiva da família para ampliar e diversificar a produção;



a possibilidade de introduzir práticas agroecológicas e sustentáveis como um aspecto importante na definição dos projetos produtivos



ampliação dos canais de comercialização, geralmente buscando articulação com outras políticas públicas como a assistência técnica e extensão rural, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais contribuem para a inserção das famílias nos mercados.

O depoimento da Emater de Alagoas ilustra a inserção nos mercados e geração de renda, trazendo mudanças na vida das famílias



"A gente sempre fala assim, que eles produzem para consumir, porque a gente está pensando como o objetivo do programa para a segurança alimentar e nutricional deles, e o excedente a gente orienta de fato, de fato, que faça a venda, né? Que venda esse excedente. Então, a gente já fica com esse olhar de uma produção a mais, que a gente, sim, leve para um canal de comercialização, que seja de porta em porta... (...) a gente leva também o PAA como o PNAE para esses agricultores, para que eles tenham acesso a esses canais de comercialização governamentais também. (...) Hoje em dia, ela entrou no programa, hoje em dia ela produz frango, ela vende na feira, ela vende para o PAA, ela participa do PNAE do município. Então, a gente conseguiu fazer a diferença na vida dessa mulher. Então, acho que é uma coisa do programa que vem ajudar a gente a tirar essa pessoa da extrema pobreza, de só estar dependente ... ela se tornar autônoma (...) estabilizar, tanto na questão da vulnerabilidade, que ela já tem o próprio alimento da família dela e conseguir ter uma renda, uma renda a mais para ela, né? A melhoria de vida." (Emater -AL)

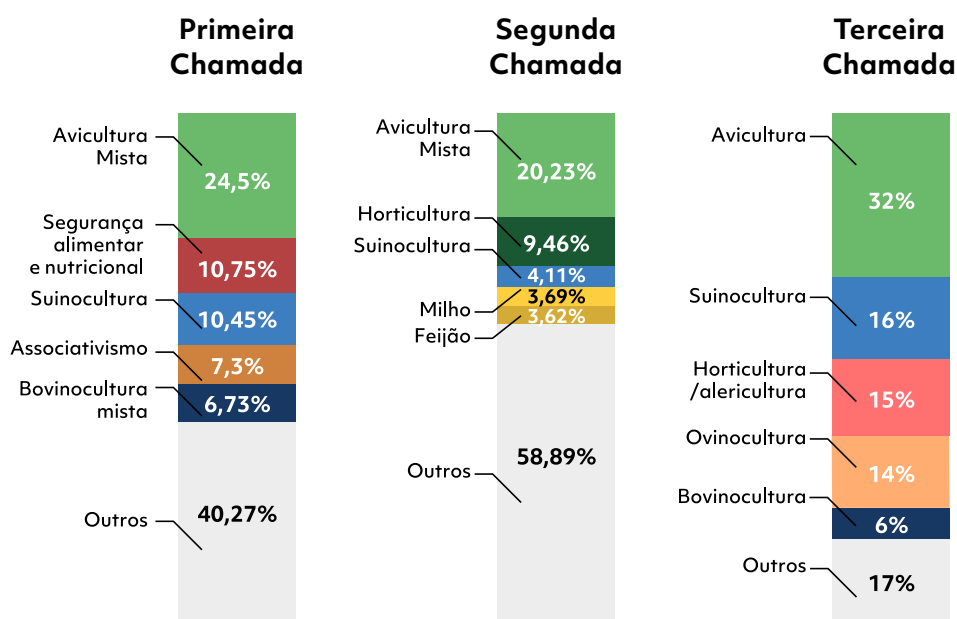
Uma ampla diversidade de projetos produtivos pode ser apoiada pelo Programa Fomento Rural:



"A gente tem projetos agrícolas, pecuários e não agrícolas também, porque às vezes aquela família, aquela mulher, ela revende produto, perfume. Então, assim, se ela tem onde vender, né? Você tem mercado para isso? Então, a gente atende também, respeita a aptidão de cada agricultor, se ele vai plantar área, produtivo agrícola, ótimo! Pecuária também! E também, como eu falei, não agrícola, a gente também está lá para apoiar." (Emater, AL).

Na análise de projetos produtivos implementados pelas entidades que executam o Programa Cisternas foi possível identificar projetos na categoria empreendedorismo, com atividades como as casas de farinha, panificação, borracharia, queijos, lanchonete, salão de beleza. No entanto, ainda há baixa frequência de projetos não agrícolas e um número significativo de projetos agropecuários, com destaque para projetos de avicultura mista.

Uma sistematização dos projetos produtivos apoiados pelas Chamadas de ATER 002/2022 "Chamada Pública de Entidades Executoras de Ater para Família de agricultores e agricultoras pertencentes a Comunidades Remanescentes de Quilombo na Área de Atuação do Projeto Dom Hélder Câmara" e ATER 001/2023 "Mulheres rurais: autonomia, alimentação e vidas saudáveis" ilustra a preponderância de certas atividades. Confira abaixo as cinco atividades mais recorrentes em cada uma das três chamadas.



A predominância ou a importante recorrência da avicultura (e da produção animal) entre os projetos coincide com resultados de outros estudos realizados sobre o Programa Fomento Rural, independente do público (quilombolas, indígenas, agricultores familiares) e regiões atendidas (Sul, Centro Oeste, Nordeste). O investimento na produção animal pode refletir uma estratégia com múltiplas finalidades (geração de renda, autoconsumo e, no limite, capital para as famílias com a venda dos animais), mas pode ser também fruto dos “bancos de projetos”, ou seja, de um conjunto de modelos a partir dos projetos mais recorrentes de modo a ajudar o trabalho dos técnicos junto a família.

É possível que essa tendência na identificação e implementação desses tipos de projetos seja por possíveis limitações dos técnicos para trabalhar com certas atividades não agrícolas, bem como a prevalência de formações e interpretações sobre caminhos para a inclusão produtiva orientadas para a produção agrícola. O depoimento abaixo é ilustrativo nesse sentido:



“As famílias com artesanato, nós estamos exatamente trabalhando. Embora nós não temos a habilidade de artesanato, as famílias têm essa habilidade e nós começamos esse trabalho com artesanato. Quando o artesanato requer um recurso menor do que o fomento que vai ser liberado, nós associamos o artesanato com qualquer atividade produtiva, para que as famílias também assegurem a situação alimentar. Então, com isso, nós temos o artesanato que atende as famílias e também a produção produtiva.” (Emater, CE)

Os depoimentos abaixo relatam a realização de **projetos coletivos**, mas também salientam que se trata de casos pontuais.



“A gente teve uma experiência interessante com coletivo, que foi até numa área que quilombola em [nome]. Então, essa é uma experiência super positiva que a gente teve, que foi um grupo que conseguiu se organizar na área da agricultura, trabalhando coletivo. Porém, em outros locais que a gente não tem as pessoas ainda organizadas para fazer o coletivo, a gente não teve outros grupos coletivos. Porque o grupo precisa estar organizado para a gente, de fato, fazer um grupo coletivo. Então, a gente termina, na maioria das vezes, trabalhando individual.” (Emater, AL)



“então eles se juntaram para pegar o recurso e fazer algo que vai irrigar todas as hortas. Então teve projeto coletivo também.(...) é o Projeto coletivo foi mais pontual. Para resolver alguma questão que tava mais... é um problema que era da comunidade toda.” (Emater, ES)



“Se teve uma expectativa grande que aconteceria [projetos coletivos] com povos e comunidades tradicionais. E ela [a realização dos projetos] é muito pequena. Nem cinco por cento dos projetos, porque realmente a família procura primeiro a ver a sua realidade, né?” (Emater, RS)

Embora a frequência de construção de projetos coletivos seja baixa, algumas Emater (RS, PR, RN) e certas comunidades (não no conjunto do estado) promovem a realização de compras coletivas de insumos, ferramentas, equipamentos etc. indicados nos projetos individuais visando barganhar o preço e facilitar as aquisições: *“às vezes, eles se organizam para fazer compras mais coletivas e conseguem uma barganha de preço”* (Emater, RS); *“(…) se juntar para otimizar os recursos deles: eles moram em uma comunidade relativamente afastadas da cidade, então eles se juntaram para fazer a compra de material de construção que eles precisariam para executar, todo de uma vez”* (Emater, RN).



Recomendações:

- Uma ampla gama de projetos produtivos pode ser apoiada pelo Programa Fomento Rural. Lembrem-se que podem ser apoiados tanto projetos agrícolas, como não agrícolas; projetos orientados para a segurança alimentar e nutricional das famílias, ou projetos de inserção nos mercados, ou projetos de promoção da resiliência ambiental, ou, preferencialmente, projetos que integram mais de uma dessas ações. O fundamental é serem projetos que contribuam para reduzir a vulnerabilidade social, econômica, alimentar e ambiental e sejam pensados dentro de uma estratégia de melhoria das condições de vida das famílias. Quanto mais esses projetos estiverem articulados para inserção nos mercados territoriais e para inserção e atuação coletiva das famílias, melhor!
- Assegurar que a temática ambiental esteja presente em todas as iniciativas. Embora os projetos produtivos preconizem a produção agroecológica, na prática muitas iniciativas ainda caminham no sentido contrário, com o uso de químicos, venenos e sem os devidos cuidados com os descartes de embalagens, resíduos e com a própria água.
- Sugere-se realizar ações de fortalecimento e geração de capacidades das equipes gestoras e grupos de extensionistas para o uso de ferramentas metodológicas que ajudem a olhar para além da unidade produtiva e contribuam na definição de ações estruturantes e de longo prazo que consolidem a autonomia das famílias em termos econômicos e de participação nos espaços de decisão. Uma vez garantido o direito à alimentação saudável e adequada dessas famílias, deve-se pensar nos caminhos pelos quais possam se vincular a mercados estáveis e promissores. Aumentar a produção é um meio e não o objetivo da assessoria técnica e o fomento rural. Acesso a mercados, reestruturação produtiva e vinculação a arranjos produtivos locais deveria ser um dos focos principais das atividades de assessoria. Essas famílias podem, sem dúvida, vir a fazer parte das associações ou outros grupos produtivos que viabilizem sua inclusão produtiva e geração de renda.

Assinatura do Termo de Adesão

Uma vez realizados o diagnóstico e o projeto produtivo, as famílias assinam um **Termo de Adesão Familiar** manifestando a concordância em participar do Programa Fomento Rural e se comprometendo a realizar o projeto de estruturação produtiva. Todos esses três documentos são encaminhados, então, ao MDS, para validação. Nesse momento, seja por alguma inconsistência nas informações da família, seja por já ter sido contemplada em momento anterior pelo Programa Fomento Rural, a família pode ser considerada não elegível.

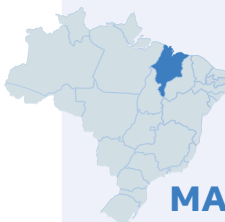
4. Acompanhamento dos projetos produtivos

Uma das principais ações do agente técnico junto à família no programa é o acompanhamento do projeto produtivo, valorizando o conhecimento e a experiência prévios dessa família e incorporando novos conhecimentos e técnicas de manejo e produção.

Após receber a primeira parcela, as entidades de ATER acompanham a aquisição dos bens, insumos, equipamentos etc. e a implementação dos projetos produtivos, como relata uma das entidades executoras:



“A gente pede para que ela [família] invista o quanto antes para poder liberar a segunda parcela. E aí, nesse momento que ela [família] recebe e compra os materiais, a gente também faz visita para poder tirar dúvidas com ela, fazer algumas orientações técnicas. E aí, com o investimento, a construção da primeira etapa, a gente elabora um laudo, um parecer técnico, para poder liberar a segunda parcela.” (Centro Sabiá).



“Ela [a família] recebia a primeira etapa, a gente dava um tempo técnico, dava um tempo assim de um mês ou dois meses, às vezes ele [extensionista] até ajudava ela que, às vezes, tava com dificuldade nessa compra, né? E a gente orienta a eles [extensionistas] não se afastarem da família, porque nesse momento aparecem aproveitadores que oferecem algumas coisas e acabam enganando a família, né? Então a gente orienta eles não afastarem, mas assim darem um tempo e sempre conversando mesmo, ligando “E aí já comprou o equipamento?”. Então os técnicos ajudam até nesse levantamento de preço, né? Às vezes fazem alguma consulta no mercado, apresentam para eles... aí, depois que faz essa aquisição, o técnico vai lá para verificar para dar continuidade ao projeto. (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão).

Aqui é importante destacar, como enfatizado por uma unidade executora, que certos povos e comunidades tradicionais têm seus ritmos, modos de vida e costumes específicos (ex. deslocamentos familiares), o que pode adicionar particularidades para a implementação dos projetos (Emater, RR).

Uma boa prática é, conforme recomendado pelo MDS, realizar o diagnóstico final, observando as mudanças ocorridas a partir do acesso ao Programa Fomento Rural. O depoimento de uma entidade de ATER, a seguir, fez referência a essa etapa:



"Pelo projeto, tem previsto sete visitas para cada família, né? Tem a fase do diagnóstico, tem a fase diagnóstico, projeto produtivo, parecer da primeira parcela, parecer da segunda parcela, tem atualização do diagnóstico. Ao final da chegada da tecnologia e da aplicação do investimento, a gente faz uma atualização do diagnóstico utilizando o mesmo formulário, né?" (Centro Sabiá).

Também é importante citar o caso da Emater-RS que, desde o início da execução do Programa Fomento Rural, criou um diagnóstico próprio para as famílias beneficiadas, aplicando esse instrumento no início e no final da execução dos projetos produtivos. Além desse instrumento próprio, a Emater-RS também está realizando (atividade em curso) avaliação da segurança alimentar e nutricional de uma amostragem de beneficiários, usando a Escala Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ao longo da execução do projeto produtivo, o número de visitas presenciais realizadas pelas entidades de ATER é variável. Em algumas são *"sete visitas para cada famílias"*, como mencionado acima, em outras *"a gente vai visitar no mínimo três vezes"* (Emater, RR).

Ou, ainda, situações como:



"são 16 horas. Nós, em dois anos, foram previstas 16 horas" (Emater, RS);

"no mínimo quatro [visitas], podendo ter um número muito maior dependendo da necessidade de cada família e da disponibilidade também do técnico" (Emater, CE);

"desde a primeira até a última, umas três a quatro visitas por ano" (Emater, SC);

"no nosso programa, nós temos cinco presenciais para cada família ao longo de um ano" (Emater, PA), e

"Então, tem essas três, vamos dizer assim, que são obrigatórias, são necessárias, mas a frequência de visitas está muito atrelada ao projeto produtivo, ao que a família está desenvolvendo, tá? É, quem vai determinar é o projeto. Há projetos que há a necessidade de eu fazer mais visitas e há projetos que há a necessidade de eu fazer menos, né? Aí, quem vai determinar isso é o projeto. Então, é muito variado. Depende de projeto para projeto. A ideia não é a questão só da aplicação do recurso, de acompanhar, é acompanhar o projeto em si. Resultado, na realidade nós queremos resultados." (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão).

Podemos sintetizar as práticas que são mobilizadas no acompanhamento social e produtivo das famílias nas seguintes:

1. | A assistência técnica individual presencial, prática mais recorrente

2. | Em segundo lugar a assistência técnica coletiva presencial

3. | Em terceiro lugar estão o contato via telefone ou internet, e os treinamentos e capacitações específicas, como é realizado pela Emater de CE:



“até dia de campo ele [extensionista] tem feito com essas famílias, né? Em [nome do município] mesmo nós fizemos, um colega lá juntou as famílias, levou com uma família que está muito bem-sucedida e passou o dia lá com eles, essa troca de experiência foi muito bom.”

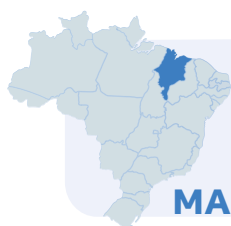
Entre o conjunto de instrumentos para fazer o acompanhamento dos projetos estão os intercâmbios e as Cadernetas Agroecológicas:

Os intercâmbios promovem a troca de conhecimentos, permitindo que agricultoras e agricultores aprendam uns com os outros através de experiências concretas. Isso resulta na adoção de práticas sustentáveis e no empoderamento das famílias, que se tornam protagonistas na solução de seus próprios problemas, adquirindo autonomia e habilidades para gerenciar suas necessidades de forma independente.

A Caderneta Agroecológica é um valioso instrumento político-pedagógico que permite às mulheres agricultoras acompanhar seus projetos produtivos. Nela, registram-se as atividades dos quintais, incluindo consumo, vendas, trocas e doações. Criada para dar visibilidade ao trabalho feminino, a caderneta valoriza o papel das mulheres na economia familiar e na sustentabilidade, destacando seu impacto na segurança alimentar.

Acesse a Caderneta Agroecológica:

Uma vez terminada a execução do Programa Fomento Rural, as possibilidades de acompanhamento técnico e social são muito distintas entre entidades públicas e privadas e no interior delas. Muitas das entidades afirmam como provável a continuidade de acompanhamento, na medida em que são famílias que já estavam ou passam a compor o público da ATER.



“Na verdade, ele finaliza [Programa Fomento Rural], com os relatórios e tudo, mas essa relação e esse vínculo [com as famílias] continua” (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão).

Esse acompanhamento é muito frequente com as entidades que operam o programa cisternas e também em outras configurações, como no Governo da Bahia que articulou a execução do Programa Fomento junto a outras chamadas de ATER mais longas (cinco anos).



“Então, assim a gente fez, a gente uniu a chamada de ATER [Biomás] com o programa Fomento Rural. Então, tudo que os beneficiários iriam receber em assistência técnica e extensão rural, a parte metodológica, ela já estava definida, estava definida da chamada pública. E a gente aliou a essas ações de implementação do sistema produtivo [identificado pelas entidades que executavam a Chamada ATER Biomás] ao Fomento Rural, a família já tinha assistência, ela não tinha o recurso, e a partir de então, ela passa a ter esse recurso para aplicar no sistema produtivo que ela, junto com o técnico, escolhe qual que vai aplicar o recurso do fomento” (Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural - Bahiater)



Recomendações

A assistência técnica e extensão rural é um elemento fundamental para a inclusão produtiva das famílias rurais. O tempo de dois anos para a execução do Programa Fomento Rural, ainda que produza resultados, pode ser insuficiente para assegurar a sustentabilidade (continuidade) da melhoria das condições de vida. Desse modo, além da articulação de políticas públicas, torna-se fundamental a continuidade dos serviços e do apoio da ATER. O ideal é que, uma vez inserida, essa família passe a compor o quadro regular de famílias assessoradas pelas ATER.

Também pode-se pensar em transformar a prática de implementação por meio da incorporação de tecnologia, participação social, ativismo socioambiental e novos modelos organizativos:

- Criação de uma Plataforma Digital Colaborativa de Aprendizado entre Técnicos e Famílias para compartilhar experiências, dúvidas, soluções e boas práticas sobre projetos produtivos;
- Estimular a formação de grupos de jovens do campo como “agentes digitais do Fomento Rural” em parcerias com escolas e universidades regionais;
- Criar um sistema leve e territorializado de “Selo Verde do Fomento”, atribuído a projetos produtivos que adotem práticas agroecológicas, conservação de sementes crioulas, recuperação de nascentes ou manejo sustentável.

Articulação do Programa com outras políticas públicas

O público atendido pelo Programa Fomento Rural é um grupo social que sofre de múltiplas carências e dificuldades, inclusive dificuldades de acesso às políticas públicas. Como dito por um extensionista da Emater-AL, mas repetido em diversos outros estados, *“normalmente essas pessoas [famílias atendidas pelo Programa Fomento Rural] raramente acessaram ou nunca acessaram nenhuma política pública”* (Emater-AL).

Para dar conta dessas múltiplas carências e promover a inclusão produtiva é fundamental a integração e a articulação de políticas públicas. Como reconhecido pelo mesmo extensionista rural:



“o sucesso de uma família em relação a determinado projeto depende, muitas vezes, dele ter água potável, água de qualidade; se ele está tendo acesso, por exemplo, à saúde, ao SUS; se ele está tendo acesso, por exemplo, à aposentadoria. Então, eu acho que pode ser um chamamento, tanto a nível de Estado, tanto a nível de município e de governo federal, do exercício de integração de complementaridade de políticas públicas”.

A articulação de políticas públicas pode ocorrer de múltiplas formas

1. Certas entidades de ATER procuram selecionar famílias que já acessam outras políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Nessas situações, costumam ser famílias já atendidas pela entidade de ATER. Embora seja uma estratégia para potencializar recursos e trabalho dos extensionistas e dar mais “gás” as políticas públicas em curso, recomendamos que essa estratégia seja acionada apenas nos casos de inexistência de famílias de agricultores/as em maior vulnerabilidade social, ainda não atendidos pela extensão rural e, como dito acima, ainda invisíveis ao Estado e às políticas públicas.

2. Alguns governos estaduais têm criado políticas públicas que atuam em conjunto com o Programa Fomento Rural, potencializando resultados. Citamos três exemplos aqui:

♦ **Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Incluir Paraíba):** o Programa atua praticamente no mesmo formato e em complemento ao Programa Fomento Rural. Similar ao Programa Fomento Rural, a família beneficiária deve aderir ao Incluir Paraíba apresentando um produtivo familiar, para o qual receberá recursos financeiros (em duas parcelas) no valor de até R\$ 2.500,00, podendo ser acrescido R\$ 1.000,00 exclusivo para atividades desempenhadas por mulheres e jovens rurais.

Veja aqui a Lei nº 12.667/2023 que institui o Programa no estado:

♦ **Chamada de ATER Biomas coordenada pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiaater/SDR):** essa chamada tem como finalidade a prestação de serviços destinados à estruturação produtiva e à articulação de políticas públicas para promoção do desenvolvimento rural sustentável das unidades produtivas familiares nos biomas baianos. A chamada atende um público maior que aquele atendido pelo Programa Fomento Rural. Nos casos em que ambos os programas coincidem nas mesmas famílias significa, por um lado, adicionar recursos para projetos produtivos para famílias que antes teriam apenas assistência técnica e extensão rural, e, por outro lado, significa ampliar o acompanhamento técnico e social por cinco anos para as famílias (temporalidade da Chamada ATER Biomas).

Confira os elementos que orientaram a Chamada Pública:

♦ **Programa de Crédito Social, do Governo de Goiás em parceria com a Emater Goiás:** o Programa é destinado a famílias inscritas no CadÚnico, prioritariamente do meio rural e em situação de extrema pobreza, pobreza ou baixa renda, que tenham participado de uma capacitação fornecida pela entidade de extensão rural. Após a conclusão do curso profissionalizante, o agricultor está apto a receber um cartão com um saldo de até R\$ 5mil reais para iniciar ou melhorar um projeto produtivo em temas, como avicultura, horticultura, bovinocultura, panificação, doces cristalizados, apicultura, produção de salgados, produtos de higiene e limpeza, produção de conservas, artesanato, produção de tortas e produção de quitandas. A Emater-GO acompanha a aplicação do crédito social e presta assessoramento técnico para o desenvolvimento dos projetos das famílias. O Depoimento de um extensionista da Emater-GO ilustra essa articulação:



“Então as nossas famílias do fomento encaixam no crédito social. Então a gente trabalha articulado também com o crédito social, que é do governo do estado, que ele [família agricultora] pode montar uma atividade produtiva e recebe R\$ 5000,00. Só que diferença é que no nosso [Programa Fomento Rural], ele tem autonomia para comprar onde quiser e o do estado de Goiás ele tem o comércio cadastrado. Ela [família] recebe um cartão e ele [agricultor] tem os locais que ele pode comprar.” (Emater-GO).

3. Alguns governos estaduais têm criado políticas públicas que atuam em complemento/ após o Programa Fomento Rural, impulsionando a inclusão produtiva e a melhoria das condições produtivas e de vida das famílias. Também temos três exemplos aqui:

♦ **Programa Futuro no Campo, da EMATER-MG:** o Programa é destinado a jovens de 16 a 29 anos, filhos/as de agricultores/as familiares, produtores rurais e/ou residentes no meio rural, que estejam enquadrados no processo de produção familiar de produção rural; estejam cursando ou tenham concluído técnico em agropecuária/agrícola, superior em agronomia, veterinária ou zootecnia; e a família esteja no CadÚnico. Além de acompanhamento por um ano, a Emater oferece ferramentas educacionais e de gestão visando melhorias nas cadeias produtivas do café e do leite e kits produtivos para aqueles dedicados à apicultura, avicultura, fruticultura e olericultura.

♦ **Programa Nossa Gente Paraná-Agricultor Familiar, do Governo do Paraná em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-IAPAR-EMATER):** o programa é executado em duas modalidades: a) Renda Agricultor Familiar e b) Inclusão Produtiva Solidária. Para participar nessas modalidades, dentre outros critérios, as famílias precisam estar no CadÚnico, possuir renda familiar mensal per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo federal, estar incluída no Programa Nossa Gente Paraná, e apresentar Projeto de Estruturação da Unidade Produtiva Familiar (no caso do Renda Agricultor Familiar) e Projeto de Geração Coletiva de Renda (no caso da Inclusão Produtiva Solidária). Na modalidade Renda Agricultor Familiar, cada família recebe o valor de R\$ 6.000,00, divididos em duas parcelas (R\$ 4.000,00 e R\$ 2.000,00), a serem utilizados no prazo de doze meses. Na modalidade Inclusão Produtiva Solidária, cada família recebe o valor de R\$ 6.000,00, repassados em parcela única, a serem utilizados no prazo máximo de seis meses em Projeto de Geração Coletiva de Renda. Conforme o responsável pelo Programa Fomento Rural no IDR, *“e o pessoal falou “a família já recebeu o fomento, agora nós queremos que ela receba o Nossa Gente Paraná para dar um up maior ali para a família, né?”.*

Ficou interessado?
Saiba mais:

♦ **Pronaf-B, operado pelo Banco do Nordeste e Banco do Brasil:** linha de microcrédito do Pronaf, também conhecido como Agroamigo, destinado a famílias de agricultores com renda limitada a 50 mil (ano 2025) e com condições de créditos favorecidas. Os depoimentos abaixo ilustram o papel do Pronaf-B na sequência do Programa Fomento Rural:



“As famílias que estejam no nível de um instrumento bem acentuado, levando em consideração a situação dela anterior, elas podem recorrer ao Banco do Nordeste e ao Banco do Brasil para assumir uma responsabilidade financeira com o Banco, para dar continuidade às atividades por ela já em desenvolvimento.” (Emater-CE).



“Temos alguns colegas que conseguiram, depois do trabalho com o Fomento, eles conseguiram incluir algumas famílias no Agroamigo. Então, isso, para a gente, é um ganho, já é o sucesso do nosso trabalho. Essas famílias foram incluídas no Agroamigo para desenvolverem os projetos.” (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão)

4. Os extensionistas rurais, ao mesmo tempo que implementam o Programa Fomento Rural, acionam políticas públicas federais, estaduais ou municipais que atendem outras demandas das famílias rurais. Como comentou um extensionista da AGERP-MA, *“porque o Programa é só a porta de entrada. (...) ele vai abrindo para outras, para as feiras, para Agroamigo, para PAA, para PNAE, então, o fomento se torna um chamariz”.*

A fala de um extensionista da Emater-Alagoas não deixa dúvidas sobre como essa articulação acontece no dia a dia:



"E a gente procura também inserir eles... no máximo de políticas públicas possíveis que tiverem ao alcance ali naquele momento. Garantia safra, distribuição de sementes, acesso aos mercados institucionais, como o PAA e PNAE, e, de certa forma, o grande trunfo do projeto é a assistência técnica. ...Porque normalmente essas pessoas que raramente acessaram ou nunca acessaram nenhuma política pública, eles estão, de certa forma, afastados da assistência técnica... aí a gente também orienta e também faz, em alguns casos, os projetos de venda institucional, no caso, para a merenda do município e, às vezes, para a merenda do Estado. A gente elabora os projetos e encaminha com eles essas propostas. (...) A gente trabalhou muito junto aos produtores de leite aqui do [local]. Muitos financiaram salas de ordem, salas de ordem seguindo as instruções normativas do Ministério da Agricultura. E existe o programa PAA Leite, que é executado pelo governo do Estado, onde adquire leite dos produtores de leite de cabra, para ser processado em usinas que já têm registro. E aí esse leite é doado a famílias carentes de alguns municípios. E muitos desses beneficiários do fomento, eles acessaram para fazer essa sala de ordem. E aí muitos... dessas pessoas estão comercializando para o projeto PAA Leite, que é de leite de cabra. (...) Então a gente também vê as políticas sociais, o que é que a gente pode levar de política social para essa família. E, então a gente não fica fixo apenas a resolver aquele projeto produtivo, a gente vai olhar a situação social, então se tem um aposentado lá que precisa se aposentar e não está aposentado ainda, enfim, as questões essenciais, porque aquela família ainda está... (...) sem os direitos sociais, né, ainda, e às vezes não tem conhecimento, isso aí a gente tem plena convicção que às vezes eles nem conhecem que tem aquele direito, então a gente leva tanto a política social, que seja a nível de Estado, ou governo federal, ou municipal, então essa integração de esforço a gente faz muito para que a gente realmente leve o máximo de políticas públicas para esse agricultor que tanto necessita."



Recomendações:

O Fomento Rural, sozinho, pode trazer resultados limitados para as famílias. Por isso a importância fundamental de, junto com o Programa, articular outras políticas públicas que vão potencializar as estratégias, as atividades e a resiliência das famílias. Podem se somar aqui, programas estaduais de inclusão produtiva similares ao Programa Fomento Rural, Programa Quintais Produtivos, programas de compras públicas (PAA e PNAE são importantes, mas também há e podem ser construídos programas estaduais e municipais de compras públicas!), políticas de apoio à agregação de valor e comercialização dos produtos, crédito e microcrédito rural (com destaque para o Pronaf B), programas de pagamentos por serviços ambientais, políticas de infraestrutura, políticas territoriais etc. Felizmente a lista pode ser longa! Que tal buscar articulações com o Plano Safra da Agricultura Familiar do MDA, com outras políticas voltadas ao rural do MDS, e com políticas estaduais e municipais?!

The background of the page is a dense, repeating pattern of colorful, stylized abstract shapes. These shapes include various forms of leaves, berries, and organic motifs in shades of dark blue, orange, red, and green. The pattern is scattered across the entire page, creating a vibrant and textured backdrop.

Agradecimentos

Agradecemos sinceramente a todas as pessoas que contribuíram com a pesquisa sobre o Programa Fomento Rural, seja respondendo ao questionário online, compartilhando suas ideias e percepções nas entrevistas ou relatando práticas inspiradoras para o aprimoramento do programa.

